



LAURENTINO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

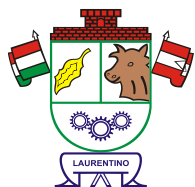
Exercício Financeiro de **2019**
BALANÇO CONSOLIDADO

BEM VINDO A LAURENTINO



**MUNICÍPIO
DE LAURENTINO**

Departamento de
Contabilidade



Prefeitura Municipal de Laurentino

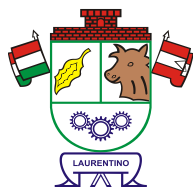
CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – L A U R E N T I N O – S A N T A C A T A R I N A

SUMÁRIO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional	04
2. Relação dos Órgãos e das Entidades e Fundos Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2018	05
3. Base de Preparação	07
4. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas ..	09
5. Resumo das Principais Políticas Contábeis	10
6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) – Anexo 12	12
6.1 Detalhamento das Receitas e Despesas Orçamentárias.....	13
6.2 Demonstrativo da Despesa por Órgão da Administração Direta e Indireta	15
6.3 Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar.....	15
6.4 Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	16
6.5 Resultado Orçamentário	17
7. BALANÇO FINANCEIRO (BF) – Anexo 13	17
8. BALANÇO PATRIMONIAL (BP) – Anexo 14	18
8.1 Ativo Circulante	19
8.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	20
8.1.2 Créditos a Curto Prazo	20
8.1.2.1 <i>Créditos de Transferências a Receber</i>	21
8.2 Ativo não Circulante	22
8.2.1 Créditos a Longo Prazo	22
8.2.1.1 <i>Créditos de Transferências a Receber</i>	22
8.2.2 Dívida Ativa	23
8.2.2.1 <i>Dívida Ativa Tributária</i>	23
8.2.2.2 <i>Dívida Ativa não Tributária</i>	24
8.2.3 Imobilizado	24
8.2.3.1 <i>Bens Móveis e Imóveis</i>	24
8.2.3.2 <i>Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo</i>	25
8.3 Passivo Circulante	25
8.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.	26



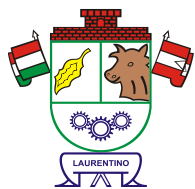
Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.3.2 Empréstimos e Financiamentos a curto prazo	28
8.3.3 Fornecedores e Contas a pagar.....	29
8.3.4 Demais obrigações a curto prazo	29
8.4 Passivo não circulante	30
8.4.1 Empréstimos e Financiamentos	30
8.5 Patrimônio Líquido/Saldo Patrimonial	30
8.5.1 Patrimônio Social e Capital Social	31
8.5.2 Resultados Acumulados	31
9. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) – Anexo 15	33
9.1 Variações Patrimoniais Aumentativas	34
9.1.1 Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	34
9.1.2 Renúncia de Receita	35
9.1.3 Contribuições	35
9.1.4 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	36
9.1.5 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	36
9.1.6 Transferências e Delegações Recebidas	36
9.1.6.1 <i>Transferências Intragovernamentais</i>	36
9.1.6.2 <i>Transferências Intergovernamentais</i>	37
9.1.7 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38
9.2 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	38
9.3 Resultado Patrimonial.....	39
10. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) – Anexo 18	39
10.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	40
10.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.....	40
10.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	41
10.4 Quadro 1FC – Transferências Recebidas e Concedidas	41
10.5 Quadro 2FC – Desembolsos de Pessoal e Demais despesas por Função	42
10.6 Quadro 3FC – Juros e Encargos da Dívida	42
11. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) – Anexo 19.....	42
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

1. Contexto Operacional

O Município de Laurentino é pessoa Jurídica de Direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 83.102.657/0001-97, tem sua sede administrativa na Rua XV de novembro nº 408, CEP 89170-000.

As atividades operacionais da Administração Direta e Indireta durante o exercício financeiro de 2019 foram amparadas pela Lei Municipal nº 1365 de 13 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2019) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais suplementares e especiais, abertos durante o exercício de 2019.

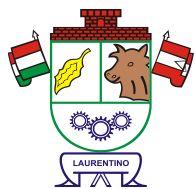
As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Municipal nº 255 de 28 de fevereiro de 1989, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Município no exercício financeiro de 2019 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 2009:

- Legislativa, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Agricultura, Comércio e Serviços, Indústria, Transporte, Desporto e Lazer, Encargos Especiais e Reserva de Contingência.

As demonstrações contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema “Atende.net” e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Município constantes no item 2 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

2. Relação dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados

As Demonstrações Contábeis do Município de Laurentino/SC evidenciam a consolidação das informações contábeis dos seguintes órgãos da administração direta e indireta:

- a) Câmara Municipal de Vereadores;
- b) Prefeitura Municipal;
- c) Fundo Municipal de Saúde e
- d) Fundo Municipal de Assistência Social.

2.1 Relação nominal das Entidades, Órgãos e Fundos consolidados – unidades gestoras de orçamento:

a) Poder Legislativo:

Câmara Municipal de Vereadores

b) Poder Executivo - Secretarias e Órgãos:

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

Secretaria Municipal de Habitação

c) Fundos:

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Fundo Municipal da Cultura

Fundo Municipal de Defesa Civil

Fundo Municipal do Idoso

A Lei Municipal nº 255 de 28 de fevereiro de 1989 e suas alterações estabeleceram a seguinte estrutura organizacional básica do Poder Executivo:

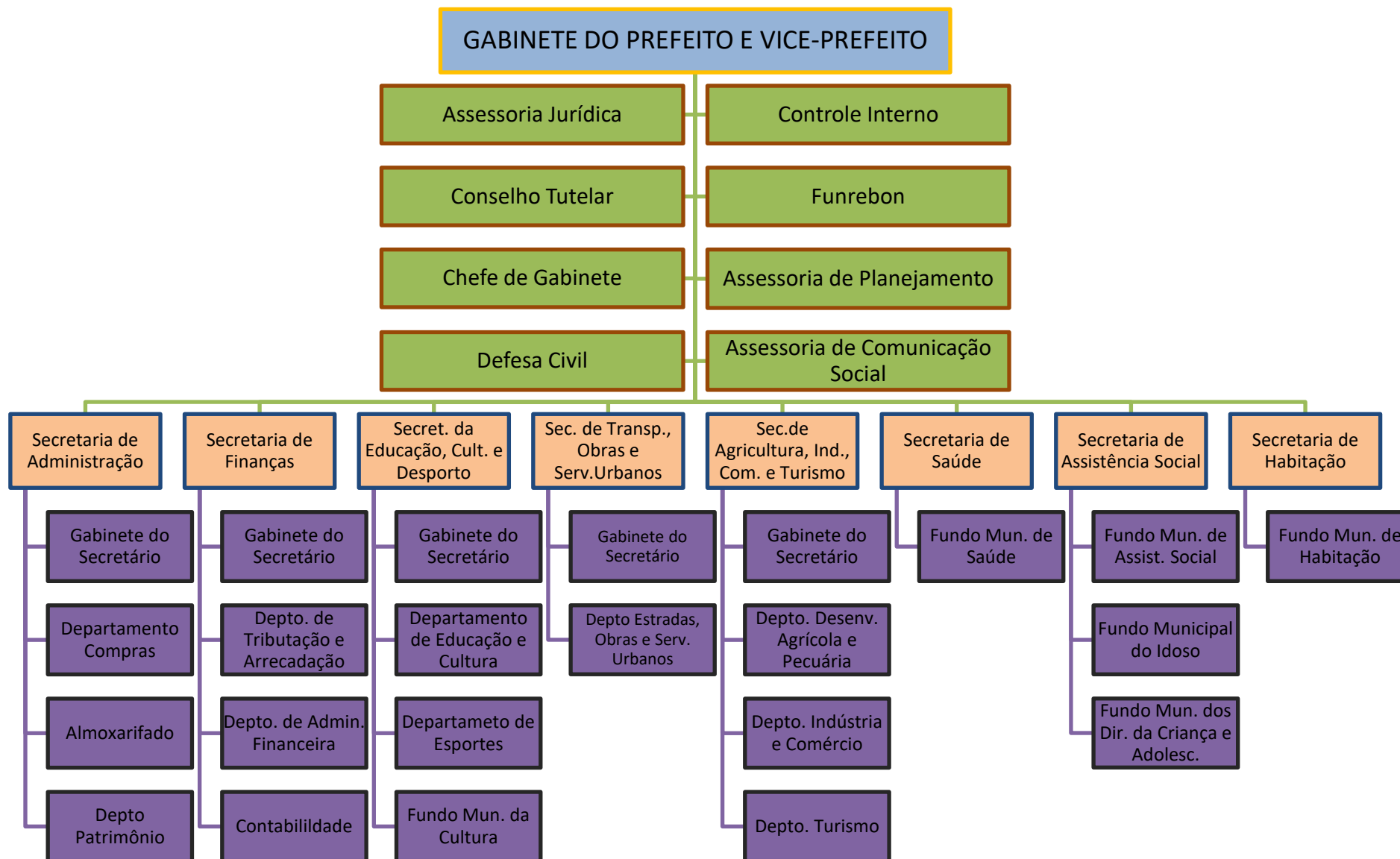


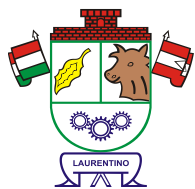
Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA





Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

3. Base de Preparação

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

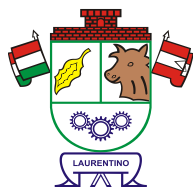
O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados, ou seja, está incluso as operações dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

3.1 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) teve como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a “Portaria da Convergência”.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Município de Laurentino/SC vem adotando providências no sentido de acompanhar todo o processo de convergência.

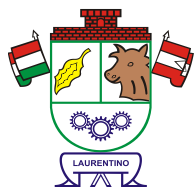
Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão agora concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs).

A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPcps). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

O Poder Executivo Municipal editou em 21 de maio de 2013 o Decreto nº 809, instituindo o Cronograma de Execução das Atividades a serem implementadas para o atendimento integral dos dispositivos constantes do MCASP.

Abaixo seguem os prazos estabelecidos pelo Decreto citado anteriormente, bem como, a situação de cada ação:

CRONOGRAMA	PRAZO	SITUAÇÃO
I – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS CRÉDITOS, TRIBUTÁRIOS OU NÃO POR COMPETÊNCIA E A DÍVIDA ATIVA.	2014	Implantado em 2019
II – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA.	2014	Não iniciado
III – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS REFERENTES AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO.	2014	Não iniciado
IV – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES POR COMPETÊNCIA.	2014	Implantado
V – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS.	2014	Implantado
VI – REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – DEPRECIACÃO DOS BENS MÓVEIS.	2014	Implantado
VII – REGISTRO FENÔMENOS ECONÔMICOS – DEPRECIACÃO DOS BENS IMÓVEIS.	2014	Implantado
VIII – REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – AMORTIZAÇÃO.	2014	Não há amortização
IX – REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – EXAUSTÃO.	2014	Não há exaustão
X – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA.	2014	Não iniciado
XI – IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CUSTOS	2015	Não iniciado



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

XII – ADOÇÃO DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP), CONFORME O MCASP, DETALHADO NO NÍVEL EXIGIDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS.	2014	Implantado
XIII – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP), CONFORME O MCASP	2014	Implantado

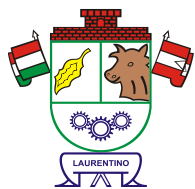
Para 2019, o Município tinha como desafio e compromisso, a implantação dos itens I, II, III, X e XI da tabela acima, porém, devido ao déficit de pessoal efetivo, só conseguimos implantar o item I. Em 2019 foi realizado concurso público, com previsão para contratação em 2020, diante disso, esperamos realizar a implantação dos itens faltantes.

4. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Município de Laurentino fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição.
- b) para os valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, houve uma mudança na estimativa, levando-se em consideração o montante atualizado da dívida ativa, considerando os valores com multas e juros;
- c) na regulamentação dos bens patrimoniais foi utilizado os critérios estabelecidos no Decreto nº 927 de 24/10/2014;
- d) na depreciação da conta “Edifícios” do ativo imobilizado foram utilizados os critérios estabelecidos no anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700 de 14/03/2017.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – L A U R E N T I N O – S A N T A C A T A R I N A

5. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis do Município foram:

a) Disponibilidades:

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

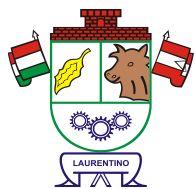
c) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora.

d) Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Para fins deste item, seguimos as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 927 de 24/10/2014.

Para depreciação da conta "Edifícios" do ativo imobilizado foram utilizados os critérios estabelecidos no anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700 de 14/03/2017.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

e) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2018 e não liquidados até 31/12/2019 não foram cancelados. Deixamos registrado em restos a pagar não liquidado o saldo do empenho nr. 3676 do exercício de 2018 na ordem de R\$ 108.566,90, que se refere a contratação de empresa para o fornecimento de materiais e mão de obra na execução de 303.19 m de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação dos passeios e sinalização viária da Rua Aldo Tambosi, através do programa MCIDADES/CAIXA, contrato de repasse n.º 862375/2017.

f) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município de Laurentino adota a política contábil de registro das retenções na conta “crédito empenhado liquidado pago” no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

g) Registro da Receita Orçamentária

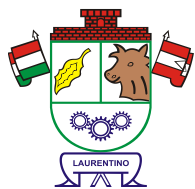
Em 2019, a política contábil de Laurentino foi o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Município”. Também têm registro de receita orçamentária nos Fundos Municipais quando se trata de transferência Fundo a Fundo.

h) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

i) Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e apenas demonstrados nas notas explicativas. Em observância ao art. 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores das renúncias não transitam pelo orçamento, tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

j) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras municipais em observância ao regime de competência.

k) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) – Anexo 12

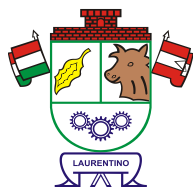
Nos termos do artigo 102 da Lei Federal nº 4320/64 de 17 de março de 1964, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Conforme MCASP 8ª Edição, p. 411, o Balanço Orçamentário é composto por:

- a)** Quadro Principal;
- b)** Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c)** Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. (MCASP 8ª Edição, p. 411)

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (MCASP 8ª Edição, p. 411)



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

6.1 Detalhamento das Receitas e Despesas Orçamentárias

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	21.956.200,00	21.956.200,00	22.858.040,63	901.840,63
Receita Tributária	2.643.014,00	2.643.014,00	2.514.223,37	(128.790,63)
Receita de Contribuições	550.000,00	550.000,00	594.373,93	44.373,93
Receita Patrimonial	50.700,00	50.700,00	47.836,30	(2.863,70)
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	72.500,00	72.500,00	193.398,83	120.898,83
Transferências Correntes	18.604.535,40	18.604.535,40	19.335.288,80	730.753,40
Outras Receitas Correntes	35.450,60	35.450,60	172.919,40	137.468,80
Receitas de Capital (II)	9.630.000,00	9.630.000,00	855.012,47	(8.774.987,53)
Operações de Crédito	0,00	0,00	282.007,48	282.007,48
Alienação de Bens	0,00	0,00	71.100,00	71.100,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.630.000,00	9.630.000,00	501.904,99	(9.128.095,01)
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.586.200,00	31.586.200,00	23.713.053,10	(7.873.146,90)
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.586.200,00	31.586.200,00	23.713.053,10	(7.873.146,90)
Déficit (VI)	-----	-----	-----	-----
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.586.200,00	31.586.200,00	23.713.053,10	(7.873.146,90)
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	505.199,44	454.288,23	(50.911,21)
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	505.199,44	454.288,23	(50.911,21)
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

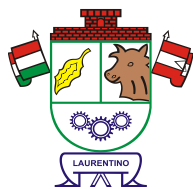
As Receitas Orçamentárias do período corresponderam a R\$ 23.713.053,10, sendo R\$ 22.858.040,63 de receitas correntes¹ e R\$ 855.012,47 de receitas de capital².

Por lapso do setor de tesouraria desta prefeitura, o lançamento da Receita referente ao 1% da Cota-parte do FPM entregue no mês de dezembro/2019 no valor de R\$ 327.230,35 foi realizado na conta 41718014100000000000 enquanto que o correto seria na conta 41718013100000000000. Todavia, tal equívoco não afeta as demonstrações contábeis, entretanto, já tomamos as providências para que tal fato não torne a ocorrer.

Em 31/12/2019 o município recebeu o valor bruto de R\$ 387.711,71 a título da Cessão Onerosa nos termos da Lei Federal 13.885 de 17/10/2019

¹ Receita Corrente são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. (MCASP 8ª Edição, pg. 34). Segundo a Lei Federal 4.320/64, art. 11 § 1º, são Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

² Receita de Capital: são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. (MCASP 8ª Edição, pg. 34). Segundo a Lei Federal 4320/64, art. 11 § 2º, São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

referente a distribuição dos valores arrecadados com leilões dos volumes excedentes de óleo em áreas do Pré-Sal.

O valor de R\$ 282.007,48 referente a Operação de Crédito está relacionado ao financiamento junto ao BADESC, autorizado pela Lei Municipal nº 1371/2019, destinado a Pavimentação da Rua 1º de Maio, Leonelo Losi e Vítório Bonacolsi. Cabe ressaltar que, o financiamento total contratado é na ordem de R\$ 1.500.000,00.

Ocorreu ainda, a venda de ativos do município na ordem de R\$ 71.100,00 conforme Leilão Público nº 39/2019, demonstrado na rubrica de Alienação de Bens da tabela acima.

Houve a frustração na arrecadação das Receitas de Transferência de Capital, pois, não tivemos êxito no recebimento de recursos de Convênios com a União e Estado para execução de ações previstas no PPA-LDO-LOA.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento na execução das despesas.

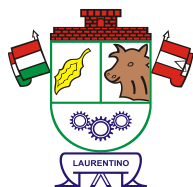
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	21.129.682,00	22.694.621,18	21.943.507,06	21.891.953,02	21.524.601,87	751.114,12
Pessoal e Encargos Sociais	12.368.500,00	12.602.719,64	12.358.497,20	12.358.497,20	12.198.699,60	244.222,44
Juros e Encargos da Dívida	60.000,00	57.200,00	57.121,20	57.121,20	57.121,20	78,80
Outras Despesas Correntes	8.701.182,00	10.034.701,54	9.527.888,66	9.476.334,62	9.268.781,07	506.812,88
Despesas de Capital (IX)	10.416.518,00	11.599.279,32	674.455,55	669.102,84	669.102,84	10.924.823,77
Investimentos	10.386.518,00	11.569.279,32	644.606,69	639.253,98	639.253,98	10.924.672,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	30.000,00	30.000,00	29.848,86	29.848,86	29.848,86	151,14
Reserva de Contingência (X)	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	31.586.200,00	34.293.900,50	22.617.962,61	22.561.055,86	22.193.704,71	11.675.937,89
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	31.586.200,00	34.293.900,50	22.617.962,61	22.561.055,86	22.193.704,71	11.675.937,89
Superávit (XIII)	-----	-----	1.095.090,49	-----	-----	-----
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.586.200,00	34.293.900,50	23.713.053,10	22.561.055,86	22.193.704,71	11.675.937,89
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A dotação inicial orçamentária foi fixada em R\$ 31.586.200,00 (trinta e um milhões quinhentos e oitenta e seis mil e duzentos reais). No decorrer do exercício, ocorreram alterações orçamentárias, motivadas pela utilização do Superávit Financeiro do Exercício de 2018 e pelo Excesso de Arrecadação, perfazendo uma dotação orçamentária atualizada no montante de R\$ 34.293.900,50.

As Despesas Empenhadas³ somaram a quantia de R\$ 22.617.962,61, enquanto que, R\$ 22.561.055,86 representou o total das Despesas Liquidadas⁴. Das Despesas Liquidadas, foi paga a quantia de R\$ 22.561.055,86.

³ A Lei Federal nº 4320/64 em seu art. 58 estabelece que, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

⁴ Nos termos do art. 63 da Lei Federal 4320/64, A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

6.2 Demonstrativo da Despesa por Órgão da Administração Direta e Indireta

PODER/ÓRGÃO	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Amortização da Dívida	Total
Legislativo – Câmara de Vereadores	686.990,47	0,00	170.951,12	57.673,90	0,00	915.615,49
Executivo – Prefeitura	9.101.740,70	57.121,20	7.052.351,58	547.936,90	29.848,86	16.788.999,24
Fundo Municipal de Saúde	2.145.127,63	0,00	2.134.666,53	26.002,01	0,00	4.305.796,17
Fundo Munic. De Assist. Social	424.638,40	0,00	169.919,43	12.993,88	0,00	607.551,71
Total Geral	12.358.497,20	57.121,20	9.527.888,66	644.606,69	29.848,86	22.617.962,61

Fonte: Balanço Consolidado do exercício financeiro de 2019.

Com base nos dados acima, pode-se notar que as Despesas com Pessoal e Encargos perfazem 54,65% do total geral das despesas do Município de Laurentino.

6.3 Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar

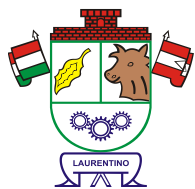
A execução dos restos a pagar processados⁵ e não processados⁶ ficou da seguinte maneira:

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	9.880,00	61.780,80	71.660,80	71.660,80	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.880,00	61.780,80	71.660,80	71.660,80	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	737.969,87	629.402,97	629.402,97	0,00	108.566,90
Investimentos	0,00	737.969,87	629.402,97	629.402,97	0,00	108.566,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.880,00	799.750,67	701.063,77	701.063,77	0,00	108.566,90

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2018 e não liquidados até 31/12/2019 não foram cancelados. Deixamos registrado em restos a pagar não liquidado o saldo do empenho nr. 3676 do exercício de 2018 na ordem de R\$ 108.566,90, que se refere a contratação de empresa

⁵ Serão inscritas em restos a pagar processados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964. No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento. (MCASP 8ª Edição, pg. 123)

⁶ Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: O serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação); ou O prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar). (MCASP 8ª Edição, pg. 123)



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

para o fornecimento de materiais e mão de obra na execução de 303.19 m de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação dos passeios e sinalização viária da Rua Aldo Tambosi, através do programa MCIDADES/CAIXA, contrato de repasse n.º 862375/2017.

Com relação aos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados até 31/12/2018, verifica-se no Balanço Orçamentário, que houve o pagamento total durante o exercício de 2019.

6.4 Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente.

Com base no artigo 43, § 2º da Lei Federal 4320/64, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

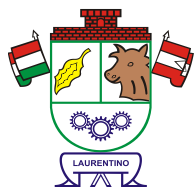
Para fins de aplicação do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2018, consideramos a seguinte tabela:

Fonte: Recursos Ordinários – (Próprios)

Superávit Financeiro do Exercício de 2018, utilizado para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2019.	Valor R\$
Recursos Ordinários destinados à Saúde	5.969,22
Recursos Ordinários destinados à Assistência Social	44,26
Recursos Ordinários destinados a outros órgãos	75.617,99
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS	81.631,47

Fonte: Recursos Vinculados

Superávit Financeiro do Exercício de 2018, utilizado para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2019.	Valor R\$
Recursos Vinculados destinados à Saúde	217.277,59
Recursos Vinculados destinados à Educação	32.117,72
Recursos Vinculados destinados à Assistência Social	93.110,42
Recursos Vinculados destinados a outros órgãos	55.645,80
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	398.151,53



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

Resumo Geral da Execução do Superávit Financeiro

Superávit Financeiro do Exercício de 2018, utilizado para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2019.	Valor R\$
RECURSOS ORDINÁRIOS	81.631,47
RECURSOS VINCULADOS	398.151,53
TOTAL GERAL	479.783,00

Do total das despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2019 constante do item 6.1 deste relatório, o valor de R\$ 479.783,00 foi custeado com recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2018.

6.5 Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário verificado no Exercício de 2019 é SUPERAVITÁRIO na ordem de R\$ 1.095.090,49, obtido através do confronto entre a Receita Líquida Arrecadada no período no valor de R\$ 23.713.053,10 e a despesa empenhada na quantia de R\$ 22.617.962,61.

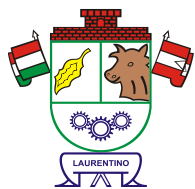
A situação verificada é de excelente equilíbrio orçamentário, vez que, mesmo utilizando o superávit do exercício anterior, o município obteve total controle entre a receita e despesa, ou seja, não gastou mais do que recebeu.

7. BALANÇO FINANCEIRO (BF) – Anexo 13

O Balanço Financeiro ⁷ evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Conforme o MCASP 8ª Edição, p. 424, o Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

⁷ Lei 4320/64, artigo 103.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro:

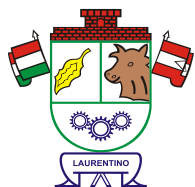
Conta	Valor R\$
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	1.734.187,16
(+) Receita Orçamentária	23.713.053,10
(+) Transferência Financeira Recebida	4.333.195,22
(+) Recebimentos Extra orçamentários	2.683.033,99
(-) Despesa Orçamentária	-22.617.962,61
(-) Transferência Financeira Concedida	-4.333.195,22
(-) Pagamentos Extra orçamentários	-3.613.729,37
(=) Saldo em espécie para o exercício seguinte	1.898.582,27

O Resultado Financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi POSITIVO na ordem de R\$ 164.395,11 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano R\$ 1.898.582,27 e no início do ano R\$ 1.734.187,16.

8. BALANÇO PATRIMONIAL (BP) – Anexo 14

O Balanço Patrimonial⁸ é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

⁸ Lei 4320/64, artigo 105



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP 8ª Edição.

A Lei nº 4.320/1964 conferiu viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Assim, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A partir de então, o Balanço Patrimonial tem a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Desta forma, o Balanço Patrimonial é composto por:

- a)** Quadro Principal (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido);
- b)** Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c)** Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d)** Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros.

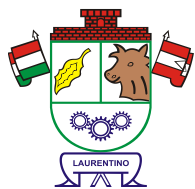
a) Quadro Principal

a.1) ATIVOS

8.1 Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata; ou
- b) terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A administração financeira do Município de Laurentino é realizada mediante a utilização de Contas Correntes destinadas a movimentação de Recursos Próprios e Contas Correntes específicas para movimentação de Recursos Vinculados, todos os recursos são aplicados no mercado financeiro, com resgate automático.

As contas com Recursos Vinculados, são aquelas destinadas especificamente para recebimento e aplicação de recursos de convênios, por exemplo.

A seguir, apresenta-se o **detalhamento** da composição da Conta de Caixa e Equivalentes de Caixa, consolidado.

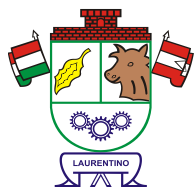
ENTIDADE	Conta Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercício atual 31/12/2019	Exercício anterior 31/12/2018
Prefeitura	Banco Rec. Próprios	362.486,71	500.691,44
Fundo Mun. Saúde	Banco Rec. Próprios	159.453,63	78.196,73
Fundo Mun. Assist. Social	Banco Rec. Próprios	21.330,29	27.576,34
Sub. Total		543.270,63	606.464,51
Prefeitura	Banco Rec. Vinculados	712.181,86	621.794,81
Fundo Mun. Saúde	Banco Rec. Vinculados	551.241,37	432.033,30
Fundo Mun. Assist. Social	Banco Rec. Vinculados	91.888,41	73.894,54
Sub. Total		1.355.311,64	1.127.722,65
Total Consolidado		1.898.582,27	1.734.187,16

Fonte: Anexo TC-02 Demonstrativo das Contas Bancárias

Analisando os dados acima, nota-se que houve um crescimento favorável no saldo das contas correntes, mais especificamente nos recursos vinculados.

8.1.2 Créditos a Curto Prazo

Essa conta compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. (MCASP 8ª Edição, pg. 436)



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.1.2.1 Créditos de Transferências a Receber

Nesta conta está registrado o Crédito que o município possui junto ao Estado de Santa Catarina referente às Receitas do ICMS e FUNDEB sobre as receitas do Fundo social:

Conta	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2018
Créditos de Transferências a Receber	111.331,43	117.500,00

Esses créditos têm seu fato gerador conforme segue:

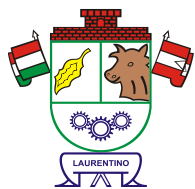
I. percentual de 25% do total das doações efetuadas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) ao Fundo de Desenvolvimento Social (Fundo social), nos anos de 2015 e 2016, em contrapartida a créditos presumidos de ICMS, conforme apurado pela SEF e ratificado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) – Ofício TC/GAP/DCE/N. 7294/2017 – conforme § 5º do art. 1º da Lei n. 17.053/16;

II. retorno dos municípios (cf. índices publicados pelo Ministério da Educação) relativo às diferenças devidas pelo Estado ao FUNDEB no período de 2013 a 2015, conforme apontamento do FNDE (Ofícios 790/2014, 323/2015 e 11916/2016); e

III. retorno dos municípios (cf. índices publicados pelo Ministério da Educação) da parcela do Estado que não transitou pelo FUNDEB em razão das doações efetuadas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) ao Fundo de Desenvolvimento Social (Fundo social) nos anos de 2015 e 2016, de que trata o art. 1º da Lei n. 17.053/16.

Os créditos de transferências a receber “de curto prazo” em 31/12/2019 tiveram a seguinte movimentação:

Conta	Saldo 31/12/2018	Valores Recebidos em 2019	Transferência da Conta de Longo Prazo para Curto Prazo	Saldo em 31/12/2019
Estado (ICMS s/ Receitas FUNDOSOCIAL)	100.000,00	92.666,85	86.500,00	93.833,15
Estado (FUNDEB s/ Receitas FUNDOSOCIAL)	17.500,00	17.498,33	17.496,61	17.498,28
TOTAL	117.500,00	110.165,18	103.996,61	111.331,43



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

O Estado realizou parcelamento desta dívida para com os municípios, diante disso, realizamos lançamento do valor total da dívida na conta de Créditos a Longo Prazo, conforme é possível verificar no item 8.2.1.1 desta, sendo que, a cada final de exercício realizamos a transferência de valor previsto a ser arrecadado no exercício seguinte, da conta de longo prazo para a conta de curto prazo, conforme demonstra o quadro acima.

8.2 Ativo não circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

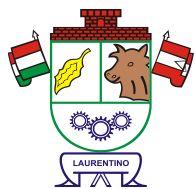
8.2.1 Créditos a Longo Prazo

Ao contrário dos créditos de curto prazo, esta conta registra os valores de bens e direitos realizáveis a partir de doze meses da data das demonstrações contábeis.

8.2.1.1 Créditos de Transferências a Receber

Foi transferido para esta conta, os valores da Dívida do Estado para com o município, conforme já relacionado no item 8.1.2.1. Sendo assim, os créditos de longo prazo do município junto ao Estado ficaram da seguinte forma:

Conta	Saldo 31/12/2019
Estado (ICMS s/ Receitas FUNDOSOCIAL)	72.720,36
Estado (FUNDEB s/ Receitas FUNDOSOCIAL)	305.408,49
TOTAL	378.128,85



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.2.2 Dívida Ativa

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. (MCASP 8ª Edição, pg. 352)

Ainda segundo o MCASP 8ª Edição, pg. 353, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) distingue a dívida ativa quanto à origem, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964:

- a) Dívida Ativa Tributária: é proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.
- b) Dívida Ativa Não Tributária: é proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

8.2.2.1 Dívida Ativa Tributária

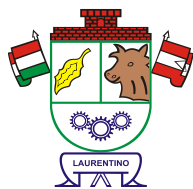
O Balanço do Exercício Financeiro de 2019 traz os seguintes valores referente à Dívida Ativa Tributária:

Conta	Saldo 31/12/2018	Saldo 31/12/2018
Dívida Ativa Tributária	1.104.366,70	965.826,76

Fonte: Departamento Municipal de Tributação

Durante o exercício de 2019 houve o recebimento no valor de R\$ 137.977,45 e atualização do valor principal acrescido de juros e multas e novas inscrições no montante de R\$ 276.517,39.

O município mantém todos os créditos inscritos em dívida ativa com registro individualizado, ou seja, por devedor, junto ao Departamento de Tributação.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.2.2.2 Dívida Ativa não Tributária

O registro contábil desta rubrica ficou da seguinte forma:

Conta	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2018
Dívida Ativa Não Tributária	214.253,91	35.954,79

Fonte: Departamento Municipal de Tributação

No exercício de 2018 ocorreu lançamento equivocado de redução da dívida ativa não tributária no valor de R\$ 97.270,29. Tal equívoco foi motivado pelo relatório apresentado pelo departamento de tributação deste município, o qual não demonstrou de forma correta o saldo desta dívida.

Ocorre que, no final do exercício de 2019, realizamos os devidos ajustes, para que, o saldo apresentado no balanço estivesse devidamente corrigido.

Houve o recebimento dessa conta na ordem de R\$ 97.175,80 e ainda uma inscrição de novas dívidas, juntamente com a atualização da dívida já existente e correção do valor lançado indevidamente em 2018 na ordem de R\$ 275.474,92

8.2.3 Imobilizado

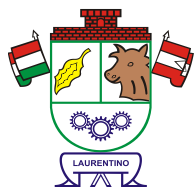
Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. (MCASP 8ª Edição, pg. 437)

8.2.3.1 Bens Móveis e Imóveis

A base para avaliação dos bens patrimoniais foi estabelecida através do Decreto Municipal nº 927 de 24/10/2014.

A depreciação e atualização dos valores dos bens patrimoniais foi realizada apenas no final do exercício, utilizando como parâmetro, os requisitos estabelecidos no Decreto nº 927/2014.

O Município realizou ainda, a venda de ativos na ordem de R\$ 71.100,00 conforme Leilão Público nº 39/2019.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

Foi incorporado ao patrimônio do Município a participação no imobilizado do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CIN Catarina no valor de R\$ 2.515,21 conforme relatório anexo a estas demonstrações.

Na depreciação da conta “Edifícios” do ativo imobilizado foram utilizados os critérios estabelecidos no anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700 de 14/03/2017.

Diante o exposto, a Depreciação de Bens Móveis em 2018 era de R\$ 1.127.211,84, passou a R\$ 2.414.887,97, enquanto que, a Depreciação de Bens Imóveis passou de R\$ 50.380,81 em 2018 para R\$ 658.362,03 em 2019.

8.2.3.2 Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

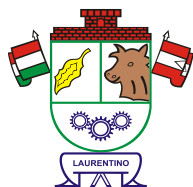
Em 21 de maio de 2013 o Poder Executivo Municipal editou o Decreto nº 809, instituindo o Cronograma de Execução das Atividades a serem implementadas para o atendimento integral dos dispositivos constantes do MCASP. Todavia, embora o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura havia sido programado para ter início no ano de 2014, até o momento não foi iniciada esta atividade.

O fator determinante para que esta atividade não tenha sido iniciada é o déficit de servidor público, não obstante, foi realizado concurso público no exercício de 2019 para contratação de pessoal visando a melhoria nas atividades administrativas, e, por consequência, esperamos que haja a locação de pessoal para realizar esta atividade.

a.2) PASSIVOS

8.3 Passivo circulante

Segundo o MCASP 8ª Edição, pg. 148, os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – L A U R E N T I N O – S A N T A C A T A R I N A

8.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Segue detalhamento desta conta de obrigação a pagar:

Conta	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Pessoal a pagar	130.342,91	3.510.240,06
Salários (f)	0,00	496.446,77
Férias (p)	130.342,91	2.447.445,15
Décimo Terceiro (p)	0,00	566.348,14
Outras Obrigações de Pessoal a pagar (f)	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários a pagar	0,00	8.896,89
Benefícios Previdenciários (f)	0,00	8.896,89
Encargos Sociais a pagar	188.964,38	832.409,25
INSS sobre previsão de Férias (p)	29.526,78	560.475,49
INSS sobre previsão de 13º Salário (p)	0,00	125.105,95
INSS a pagar (f)	159.437,60	145.855,49
Outros Encargos Sociais (f)	0,00	972,32
TOTAL GERAL	319.307,29	4.351.546,20

Fonte: Balancete de Verificação Consolidado

As Contas acima com atributos (f) referem-se as despesas efetivamente realizadas enquanto que, àquelas com atributos (p) referem-se as contas de “provisões”.

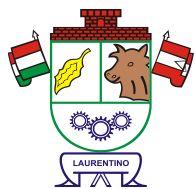
Salários (f):

Nesta conta ficou registrado em 31/12/2018 o valor de R\$ 496.446,77 de salários a pagar, sendo que, tal valor foi totalmente pago no exercício de 2019.

Em 31/12/2019 verifica-se um saldo zerado, isso significa que todas as verbas salariais foram devidamente empenhadas e pagas no exercício corrente.

Férias (p):

A partir do exercício de 2016, o Poder Executivo começou a adotar o regime de competência para o registro da provisão de férias, em



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

cumprimento ao plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, estabelecido pela STN.

Desde o exercício de 2017 não havia sido tomado providências para a baixa dessa conta de provisão, a qual demonstrava um saldo totalmente equivocado.

Conforme mencionado nas notas explicativas do exercício de 2018, realizamos todos os ajustes nesta conta de provisão, restando um saldo mais realista.

Décimo Terceiro (p)

Em 31/12/2018 havia um saldo equivocado desta provisão, vez que, não restou nenhuma obrigação no tocante ao 13º Salário dos Servidores Municipais.

No final do exercício de 2019 realizamos todos os ajustes das contas de provisões, a qual apresenta-se com saldo zerado pelo motivo de que o Município mantém o pagamento do 13º Salário rigorosamente em dia, nos termos da legislação vigente.

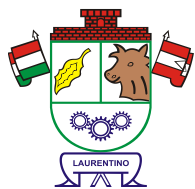
Benefícios Previdenciários (f)

O valor de R\$ 8.896,89 a pagar dessa conta trata-se de despesa com pessoal referente ao Empenho nº. 4051, a qual foi lançada equivocadamente na conta de obrigação errada, sendo que, o correto seria “vencimentos e salários”.

Em 2019 esta conta apresenta saldo R\$ 0,00 pois, não ficou qualquer tipo de obrigação a pagar.

INSS sobre previsão de férias (p)

Esta conta estava com saldo totalmente equivocado no final do exercício de 2018, sendo assim, realizamos os devidos ajustes e agora, em 31/12/2019 o saldo de R\$ 29.526,78 está mais realista.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

INSS sobre previsão de 13º Salário (p)

Em 31/12/2018 esta conta apresentava um saldo que não retratava a realidade, pois, não havia qualquer tipo de compromisso de 13º salário para com os servidores municipais.

Diante disso, realizamos os ajustes e no final do exercício de 2019 também não restou qualquer compromisso no tocante ao 13º Salário dos servidores.

INSS a pagar (p)

Em 31/12/2018 o saldo remanescente a pagar tratava-se do Empenhamento de Despesa com a previdência sobre a folha de pagamento do mês de Dezembro de 2018.

No final do exercício de 2019 o valor desta conta é referente ao INSS sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2019 a qual ficou devidamente empenhada e aguardando seu pagamento para o mês de janeiro de 2020.

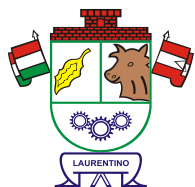
Outros Encargos Sociais (f)

O valor registrado na conta INSS a pagar está relacionado com a Contribuição Patronal + Contribuição retida dos Servidores, que tem seu vencimento em 20/01/2019.

Em 31/12/2019 esta conta ficou com saldo zero pois não há qualquer tipo de compromisso financeiro para pagamento em 2020.

8.3.2 Empréstimos e Financiamentos a curto prazo

Conta	Saldo em 31/12/2018	Amortização (-)	Transf. da Conta de Longo Prazo p/ Curto Prazo (+)	Saldo em 31/12/2019
Contratos de Empréstimos Internos	29.000,00	29.848,86	31.568,86	30.720,00
Cx.Econ.- Pro-Transporte - 0414796-76/2015	29.000,00	29.848,86	31.568,86	30.720,00



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

O Município possui duas dívidas de longo prazo, conforme segue:

Órgão Financiador	Lei Autorizativa	Valor Total	Prazo Amortização
Caixa Econ. Federal	1253/2014	1.000.000,00	20 Anos
Badesc S.A.	1371/2019	1.500.000,00	03 Anos

Durante o exercício de 2019 houve amortização da dívida junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 29.848,86.

Foi realizada também, a transferência do valor de R\$ 31.568,86 da conta de Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo para esta conta de curto prazo, visando a quitação de parcelas dentro do exercício de 2020.

No decorrer do exercício de 2019 ocorreu a contratação de novo financiamento, desta vez através do BADESC S.A. a qual tem sua previsão para amortização a partir do exercício de 2021, sendo assim, não há movimentação na conta de curto prazo.

8.3.3 Fornecedores e Contas a pagar

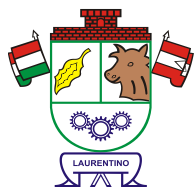
Em 31/12/2019 restou um saldo de R\$ 195.195,76 a pagar, referente aos fornecedores do exercício. Todavia, o município também deixou saldo financeiro para cumprir com os compromissos junto aos fornecedores, cumprindo o que determina a legislação vigente.

8.3.4 Demais obrigações a curto prazo

Esta conta registra os valores referente aos valores restituíveis, tais como: INSS, Imposto de Renda, Uniodonto, Mensalidade do Sindicato, Empréstimos de Servidores, Pensão Alimentícia, dentre outros. Esta conta registrou um saldo a pagar na ordem de R\$ 153.268,45.

Trata-se portando, de uma conta que registra valores retidos de servidores e/ou prestadores de serviços e que são ou serão devidamente repassados aos beneficiários.

Ainda, restou um saldo a pagar de R\$ 700,00 referente ao contrato de rateio junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí e também o valor de R\$ 12.017,79 referente a serviços de saúde especializados de referência em média e alta complexidade através do contrato de rateio n. 0106/2019, perfazendo um total de R\$ 12.717,79.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.4 Passivo não circulante

O MCASP 8ª Edição, pg. 438 explica que, o passivo não circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, ou seja, abrange os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

8.4.1 Empréstimos e Financiamentos

O Município de Laurentino possui duas dívidas de longo prazo, conforme detalhamento:

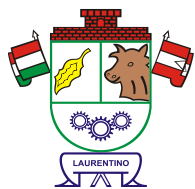
Nº Contrato	Nome do Contratado	Saldo Inicial	Valor Inscrição	Valor Transferido para Conta de Curto Prazo	Saldo Atual
0414796-76/2015	Cx. Econ. Prog. Pro-Transporte	908.299,13	0,00	31.568,86	876.730,27
2019012901	Badesc Cidades	0,00	282.007,48	0,00	282.007,48
Total		908.299,13	282.007,48	31.568,86	1.158.737,75

O contrato de empréstimo através da Caixa Econômica Federal foi assinado no ano de 2015 autorizado pela Lei Municipal nº 1253/2014 de 16/09/2014 e tem um prazo de 20 anos para sua quitação, considerando o prazo de carência para o início da amortização, o desembolso final está previsto para o ano de 2036.

Em 02/10/2019 o município firmou novo contrato de empréstimo através do Badesc S.A. no valor máximo de R\$ 1.500.000,00 autorizado pela Lei Municipal nº 1371/2019 de 31/05/2019 com prazo de 03 Anos para pagamento e 01 Ano de carência. Ocorreram duas liberações de recursos deste contrato no mês de novembro do corrente exercício perfazendo o valor de R\$ 282.007,48.

8.5 Patrimônio Líquido/Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

8.5.1 Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

8.5.2 Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos⁹.

O resultado acumulado consolidado do exercício de 2018 foi de R\$ 21.521.108,94, já em 31/12/2019 o resultado acumulado foi na ordem de R\$ 23.909.618,80, apresentando um resultado do exercício positivo no montante de R\$ 2.454.474,15, considerando ainda um ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ -106.781,57.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

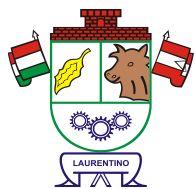
b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes Quadro

O saldo existente no ativo financeiro na ordem de R\$ 1.898.582,27 corresponde ao valor disponível nas contas bancárias em 31/12/2019 as quais demonstraram um crescimento de R\$ 164.395,11 em relação ao exercício de 2018.

No ativo permanente houve uma significativa redução, motivada pela Venda de Bens Móveis e principalmente pela Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis bem como, pelo recebimento dos créditos que o município detém junto ao Estado de Santa Catarina referente ao Fundosocial.

Com relação ao Passivo Financeiro ocorreu significativa redução em relação ao exercício anterior. O saldo remanescente em 2019 diz respeito ao compromisso com Valores Restituíveis, os quais são retidos de servidores e/ prestadores de serviços e que serão devidamente repassados aos

⁹ MCASP 8ª Edição, pg. 440



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – L A U R E N T I N O – S A N T A C A T A R I N A

beneficiários no montante de R\$ 153.268,45. Também ficou a contribuição patronal junto ao INSS a pagar referente a folha de pagamento do mês de dezembro de 2019 no valor de R\$ 159.437,60. Restou um compromisso a pagar ao Consórcio CIS AMAVI no montante de R\$ 12.717,79 e com demais fornecedores no valor de R\$ 195.195,76. Por fim, uma despesa ainda não liquidada (produto não entregue/ou serviço não executado) no valor de R\$ 165.473,65.

O Passivo Permanente está composto da seguinte forma: Provisão de Férias no valor de R\$ 130.342,91; Inss sobre provisão de férias no valor de R\$ 29.526,78; Empréstimos de Curto Prazo no valor de R\$ 30.720,00 e Empréstimos de Longo Prazo no valor de R\$ 1.158.737,75. Nas contas de provisões sobre férias e 13º salário foi realizado os ajustes citados nas notas explicativas do exercício de 2018, pois, tais contas apresentavam valores totalmente distorcidos da realidade,

c) Quadro das Contas de Compensação (controle)

Este quadro compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos¹⁰ e passivos¹¹. Atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas.

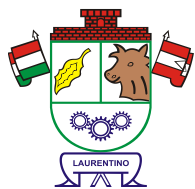
A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial. Diante disso, temos as seguintes informações:

c.1) Atos Potenciais Ativos

No exercício de 2019 realizamos todos os ajustes nas contas constantes deste quadro, porém, deixamos de registrar o saldo a executar no valor de R\$ 1.217.992,52 referente ao contrato de empréstimo com o BADESC nº 2019012901 assinado em 02/10/2019 no valor total de R\$ 1.500.000,00 do qual, só recebemos a quantia de R\$ 282.007,48, conforme demonstrado no item 8.4.1 deste relatório.

¹⁰ Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. (MCASP 8ª Edição, pg. 441)

¹¹ Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. (MCASP 8ª Edição, pg. 441)



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

c.2) Atos Potenciais Passivos

Na conta Obrigações contratuais estão registrados os valores referente aos contratos de serviços a executar e contrato de rateio a executar.

d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Nos termos do art. 43 §2º da Lei Federal 4.320/64, entende-se por **Superávit Financeiro** a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Por outro lado, o **Déficit Financeiro** corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro¹².

Este quadro apresenta o saldo do exercício atual comparando com o exercício anterior, por fonte de recursos¹³.

Todas as fontes de recursos encontram-se superavitárias, ou seja, há recursos disponíveis para aplicação no exercício seguinte, com destaque para os recursos vinculados, ou seja, aqueles com destinação específica.

9. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) – Anexo 15

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)¹⁴ evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

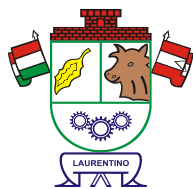
Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade privada.

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. (MCASP 8ª Edição, pg. 442).

¹² MCASP 8ª Edição, pg. 441.

¹³ Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa. (MCASP 8ª Edição, pg. 441).

¹⁴ Artigo 104 da Lei Federal 4.320/64



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

9.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

Corresponde ao aumento na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários¹⁵.

9.1.1 Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

A seguir, apresentam-se valores das principais classes de tributos¹⁶ que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

Tais valores já estão com valores líquidos, ou seja, já foram excluídas as deduções e estornos.

Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ em 31/12/2018	R\$ em 31/12/2018
Impostos	2.051.293,38	1.210.351,67
Taxas	916.244,16	776.529,28
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Total	2.967.537,54	1.986.880,95

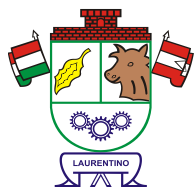
A conta de Impostos teve uma variação positiva, na casa dos 70,00%. Esta variação significativa se deu principalmente pela arrecadação do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS, o qual, teve sua tabela de alíquotas atualizada para o exercício de 2019.

Por outro lado, a receita de Taxas demonstra uma variação positiva de 18,00% em relação ao exercício de 2018. Isso se deve principalmente pela cobrança em separado do Carnê de IPTU, da Taxa de Coleta do Lixo, a qual também teve uma cobrança de Taxa de Serviço Administrativo e também na melhoria de cobrança da taxa de prevenção contra sinistros por parte do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

Com relação as Contribuições de Melhoria, o município não tem adotado esse tipo de cobrança.

¹⁵ MCASP 8ª Edição, pg. 151

¹⁶ Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. (Lei Federal 4320/1964, artigo 9º)



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – L A U R E N T I N O – S A N T A C A T A R I N A

9.1.2 – Renúncia de Receita

A renúncia de receita está prevista no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000 de 04/05/2000).

O Município de Laurentino/SC, no ato da elaboração da LOA¹⁷ 2019, considerou a previsão da Receita com IPTU pelo valor bruto, constando ainda a previsão de Renúncia da Receita na própria lei orçamentária, para fins de garantir o valor líquido na previsão das despesas.

No quadro acima, constante do item 9.1.1 deste relatório, a Receita do IPTU está no seu valor líquido.

O quadro abaixo demonstra o valor referente a renúncia de receita durante o exercício de 2019.

Conta	Valor R\$	%
Desconto de 20% p/ Pgto no Prazo	87.953,43	32,41%
Aposentados e Pensionistas (isenção total)	84.605,52	31,17%
Imóveis Cadastrados no ITR (isento imposto predial e territorial)	36.277,48	13,37%
Imóveis com área inutilizável	4.502,68	1,66%
Imóveis Cadastrados para fins Agropecuários (área superior a 5.000mt)	13.577,27	5,00%
Imunes/Isentos (Prefeitura/Igrejas)	44.482,06	16,39%
TOTAL	271.398,44	100,00%

Os valores acima não circularam pelos lançamentos contábeis, uma vez que, a receita arrecadada foi registrada pelo valor líquido.

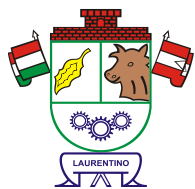
A demonstração dos valores renunciados serve apenas à título de informação, não afetando o resultado patrimonial.

9.1.3 Contribuições

Neste item encontra-se o registro do ingresso da receita referente a Contribuição de Iluminação Pública.

A conta de receita da Contribuição de Iluminação Pública teve uma pequena variação positiva na casa dos 12,65%.

¹⁷ LOA – Lei Orçamentária Anual



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

9.1.4 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

No ano de 2018 foi registrado o valor de R\$ 15.325,84, já em 2019 o valor desta rubrica ficou no montante de R\$ 55.004,50 representando uma variação positiva de 258,91%. Esta variação foi motivada principalmente pelo recebimento de taxas de inscrição no concurso público e teste seletivo realizado pela prefeitura.

9.1.5 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Neste item, ganha destaque a conta Variações Monetárias e Cambias, a qual registra a cifra de R\$ 167.880,26 no final do exercício de 2019, a qual refere-se aos lançamentos de atualização de multas e juros da Dívida Ativa Tributária.

Também se encontra registrado neste item, as aplicações financeiras, a qual registrou a quantia de R\$ 38.772,02 em 2019 e no exercício de 2018, havia registrado o valor de R\$ 32.992,36.

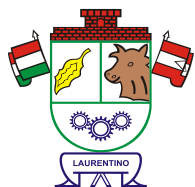
A conta "outras variações patrimoniais aumentativas – financeiras" obteve um aumento significativo de 128,14% motivado pela devolução por parte do Governo do Estado, do saldo do convênio referente ao Programa Bem-te-vi (Câmeras de monitoramentos).

9.1.6 Transferências e Delegações Recebidas

9.1.6.1 – Transferências Intragovernamentais

Neste item fica registrado as transferências financeiras realizadas para o Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara de Vereadores do Município de Laurentino/SC, bem como, as devoluções existentes dos órgãos citados anteriormente para a Prefeitura.

Em 2019, esta conta registra o montante de R\$ 4.333.195,22 sendo: o valor de R\$ 4.194.004,02 referente a transferência financeira do Executivo para os órgãos citados no quadro abaixo e R\$ 139.191,20 referente a devolução de



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

saldo não utilizado por parte da Câmara de Vereadores e também devolução dos Fundos Municipais para a Prefeitura conforme especificado a seguir.

Órgão	Transferência em 2019 – R\$
Câmara de Vereadores	1.020.783,50
Fundo Mun. De Saúde	2.722.220,52
Fundo Mun. De Assist. Social	451.000,00
TOTAL GERAL	4.194.004,02

No Anexo 15 das Demonstrações das Variações Patrimoniais a conta Transferências Intragovernamentais registra o valor de R\$ 4.333.195,22 referente ao exercício de 2019.

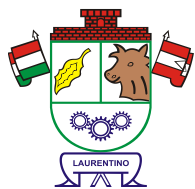
A diferença de R\$ 139.191,20 existente entre o valor registrado na conta e o valor efetivamente transferido pelo executivo municipal à Câmara de Vereadores e aos Fundos Municipais refere-se:

- a) Valor de R\$ 31.000,00 transferido pelo Fundo Municipal de Saúde referente a provisão de férias e 13º salário;
- b) Devolução de R\$ 105.168,01 realizado pela Câmara de Vereadores referente ao saldo não utilizado no período; e
- c) Valor de R\$ 3.023,19 transferido pelo Fundo Municipal de Assistência Social referente a provisão de férias e 13º salário.

9.1.6.2 – Transferências Intergovernamentais

Esta conta compreende a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou “recebedor”). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. (MCASP 8ª Edição, pg. 63)

Destaca-se neste item, as transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

No exercício de 2019 houve uma movimentação de R\$ 22.734.554,36, em 2018 a quantia movimentada foi de R\$ 20.740.205,59 verificando-se um acréscimo de 9,62%.

9.1.7 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

No exercício de 2018 registrou-se a quantia de R\$ 22.236,03 referente a Reversão de Provisões, já em 2019 a movimentação dessa conta foi na quantia de R\$ 30.802,22, uma variação de 38,00%.

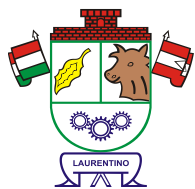
O valor obtido em 2019 esta composto de:

- a) baixa de provisão de férias ref. janeiro de 2019, ajuste de provisão de férias ref. fevereiro de 2019 e ajuste de provisão de 13º salário ref. fevereiro de 2019 da Câmara Municipal de Vereadores no valor de R\$ 11.274,51; e
- b) Recebimento de Inscrição em Campeonatos Promovidos pelo DME e Participação no imobilizado do Consórcio CIN Catarina no valor total de R\$ 19.527,71.

9.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

Conforme consta do MCASP 8ª Edição, pg. 151, essas Variações (VPD) correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

Destaca-se entre essas variações, àquelas correspondente as despesas com Pessoal e Encargos, onde, em 2018 o valor verificado foi de R\$ 13.020.334,18 enquanto que, no exercício de 2019 esta despesa registrou a cifra de R\$ 8.821.330,68 representando um decréscimo de 47,61%. Este decréscimo se deu por conta do lançamento contábil de baixa das provisões que ocorreu na conta contábil 31100000000000000000 no valor de R\$ 3.325.378,65, se considerarmos este valor, o total da conta de Pessoal e Encargos passa para R\$ 12.146.709,33, representado um decréscimo de 6,7% em relação ao exercício anterior.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

Não obstante, demonstra que a administração adotou medidas de controle no gasto com pessoal.

Outras despesas que ganham destaque referem-se ao “uso de material de consumo” e “serviços” que se relacionam com a manutenção da máquina administrativa.

9.3 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial¹⁸ consolidado do período foi positivo de R\$ 2.454.474,15, ante um resultado negativo verificado em 2018 no montante de R\$ 1.973.915,12.

O resultado positivo do exercício de 2019 se deve pela melhoria na arrecadação de impostos e no recebimento de transferências da União e do Estado, bem como, pela redução nas despesas com pessoal.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do exercício.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) – Anexo 18

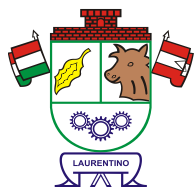
Conforme o MCASP 8ª Edição, pg. 447, esta demonstração apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Ainda segundo o MCASP, a DFC¹⁹ identificará:

- a)** as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b)** os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c)** o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias.

¹⁸ É a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público. (MCASP 8ª Edição, pg. 151)

¹⁹ Demonstração de Fluxo de Caixa



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da DFC, os valores da fonte de recursos extra orçamentários não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

No tocante ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extra orçamentários integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, diferente do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentados na DFC.

10.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais do exercício de 2019 foi de R\$ 607.888,45, enquanto que, em 2018 foi de R\$ 987.255,74. Diante disso, é possível notar uma variação NEGATIVA na casa dos -38,42%.

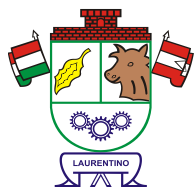
Nota-se que os ingressos não tiveram o mesmo crescimento que os desembolsos. Enquanto que, os ingressos tiveram um crescimento de 9,95%, os desembolsos cresceram 11,80%.

10.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Município realizou Leilão de Bens Móveis onde, alcançou com a venda, a cifra de R\$ 71.100,00.

A Conta “outros ingressos de investimentos” obteve o valor de R\$ 493.100,00 referente a transferência de recursos da União para o município, através de emenda parlamentar, visando a pavimentação da Rua Aldo Tambosi. Não obstante, cabe destacar que o Tribunal de Contas do Estado, em seu relatório constante do sistema e-Sfinge, considera este valor no quadro “fluxo de caixa das atividades de financiamento” na linha “outros ingressos de financiamentos”.

Na conta “Aquisição de ativo não circulante” estão registrados os itens como Obras e Equipamentos e Materiais Permanentes.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

8 9 1 7 0 – 0 0 0 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

Na conta “Outros desembolsos de investimentos” no valor de R\$ 21.245,58 estão registrados as despesas com serviços bancários e restituições de saldo de convênios.

10.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

No exercício de 2019 ocorreu o ingresso de R\$ 282.007,48 referente ao contrato de Empréstimo com o BADESC S.A. destinado a pavimentação de Ruas no Município conforme contrato nº 2019012901 autorizado pela lei municipal nº 1371/2019 de 31/05/2019.

Houve também o pagamento de parcelas referente amortização de dívida contratada junto à Caixa Econômica no valor de R\$ 29.848,86 referente ao Contrato de Financiamento nº 0414796-76/2015.

10.4 Quadro 1FC – Transferências Recebidas e Concedidas

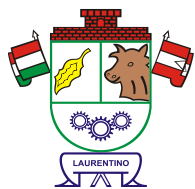
Este quadro demonstra os recursos recebidos do Estado e da União, os quais representam a maior fatia de ingresso no caixa do Município.

Em 2019 houve um acréscimo de 6,71% na conta de Transferências Correntes Recebidas em relação ao exercício anterior. Destaque dos repasses do FPM²⁰ e ICMS²¹ e ainda para as transferências da União para a Saúde através do incremento temporário do Programa Piso de Atenção Básica no valor de R\$ 612.000,00 e do valor recebido da União através da Cessão Onerosa no valor de R\$ 387.711,71.

No quadro de Transferências Correntes Concedidas o valor de R\$ 201.643,06 refere-se à contribuição do PASEP sobre a receita orçamentária, nos termos da legislação vigente. E o valor de R\$ 279.845,86 é composto de valores transferidos para: Sindicato Dos Trabalhadores Rurais Agricultores E Agricultoras Familiares De Laurentino; Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul/SC; Associação Dos Municípios Do Alto Vale Do Itajaí – AMAVI; Lar Beneficente Joao 3:16; UVB - União Dos Vereadores Do Brasil; UCAVI - União De Câmaras E Vereadores Do Alto Vale Do Itajaí.

²⁰ Fundo de Participação dos Municípios

²¹ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

10.5 Quadro 2FC – Desembolsos de Pessoal e Demais despesas por Função.

Este quadro demonstra as despesas segundo as funções de governo, conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 42 de 14/04/1999.

As funções que tiveram maior aporte de desembolso foram: Educação, Saúde, Administração, Agricultura, Transporte e Urbanismo.

No geral, os desembolsos em 2019 somaram R\$ 21.730.785,58 representando 12,27% a mais do que em 2018.

10.6 Quadro 3FC – Juros e Encargos da Dívida

Até o final do exercício de 2018 o Município de Laurentino/SC possuía apenas uma dívida contratada junto à Caixa Econômica Federal, conforme contrato nº. 0414796-76/2015.

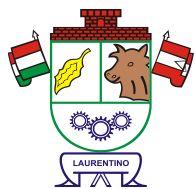
Em 02/10/2019 o Município firmou o contrato de empréstimo nº 2019012901 com o BADESC S.A., autorizado pela lei municipal nº 1371/2019 de 31/05/2019.

O montante de desembolso com juros e encargos dessas dívidas ficou em R\$ 57.121,20 no exercício.

11. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) – Anexo 19

O MCASP 8ª Edição, pg. 457, explica que, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Dentre os itens demonstrados, podemos citar:

- a) resultado do período;
- b) cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido em virtude de norma específica;
- c) os ajustes de exercícios anteriores;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

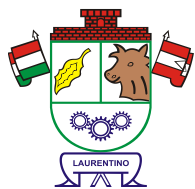
89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

- e) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio e as distribuições aos proprietários; e
- f) para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros;

A conta “ajustes de exercícios anteriores” apresenta um saldo de R\$ 106.781,57, representado por: R\$ 65.964,29 referente a lançamentos de estorno de reconhecimento de receita por regime de competência e estorno de dedução exercícios anteriores; R\$ 40.817,28 refere-se a ajustes de exercícios anteriores.

O Superávit verificado no Resultado do Exercício no valor de R\$ 2.454.474,15 representa o esforço da administração em equilibrar as contas públicas.

Diante disso, verifica-se que o patrimônio líquido do Município de Laurentino/SC variou positivamente em 10,86%.



Prefeitura Municipal de Laurentino

CNPJ: 83.102.657000 -97

Rua XV de Novembro, nº 408 – Centro – Fone/Fax: (47) 3546-1346

89170-000 – LAURENTINO – SANTA CATARINA

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No setor público o principal usuário da informação é a sociedade, diante disso, as notas explicativas contribuem para a transparência e também são importantes ferramentas para o exercício do controle social.²²

As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis apresentadas têm o intuito de a Administração Municipal prestar contas aos cidadãos de forma mais clara e transparente.

A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem por finalidades a obtenção, a decomposição e a interpretação de valores constantes nos demonstrativos para gerar informações úteis que possibilitem o entendimento das contas do Município, auxiliando também, no processo de tomada de decisão da Administração.

As notas explicativas foram divididas em sete partes: Introdução, Indicadores do Balanço Patrimonial, Análise da Execução Orçamentária, Financeira, das Variações Patrimoniais, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As Demonstrações Contábeis constantes deste relatório apresentam valores consolidados do Município de Laurentino, composto pelos seguintes órgãos da administração direta e indireta: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Ademais, as Notas Explicativas têm como objetivo fornecer informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou ainda, para menção de fatos que podem alterar futuramente a situação patrimonial do Município.

Laurentino, 23 de janeiro de 2020.

ADEMIR CAETANO
Prefeito Interino

ADEMIR ALVES VALENTE
Contador CRC/SC 29063/O-6

²² Alana Alice da Cruz Silva – Auditora Fiscal de Controle Externo do TCE/SC – XVIII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.